

26 NOV 1986

ASS. CONST. JORNAL DO BRASIL

## Igreja de São Paulo é a favor de referendar Carta

São Paulo — A Igreja Católica de São Paulo defenderá a tese do plebiscito para a aprovação final da nova Constituição, que será elaborada no ano que vem pela Assembléia Nacional Constituinte. A promessa foi feita pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que considera o referendo popular da Constituição como "uma obrigação" dos políticos para com a população.

"É uma questão de honestidade. Se não aprovarem o plebiscito antes mesmo de elaborarem a constituição, esta terá sua credibilidade irremediavelmente abalada", afirmou com convicção o cardeal de São Paulo, para quem a nova questão não merece nem discussão. "Trata-se de um momento de educação popular que não pode ser desperdiçado em hipótese alguma", destacou ainda D. Paulo, que abandona seu clássico tom moderado quando o assunto do plebiscito é levantado.

Juntamente com a Igreja, também a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo defende o plebiscito para a aprovação da Constituição. Segundo seu presidente, José Eduardo Loureiro, a "comprovação de que a entidade (OAB) não estava pedindo o absurdo — uma constituinte independente desvinculada da eleição para governador — foi dado nesse pleito, quando as abstenções para deputado federal foram superiores a 30%".

Eduardo Loureiro, que amanhã realiza a eleição interna na OAB, além de defender a tese do plebiscito, deixou claro que sua realização técnica não é complicada. "Não se trata de se dizer apenas sim ou não à Carta Magna como um todo, mas sim destacar os pontos mais polêmicos e fazer com que a população se posicione particularmente sobre cada um", acrescentou.

É também nesse sentido que um referendo popular se reveste da maior importância para D. Paulo Evaristo Arns. "O povo tem o direito e o dever de aprovar um regime de leis que vai guiá-lo no futuro. E a única forma de fazê-lo participar é torná-lo co-responsável pela própria Carta", acrescentou D. Paulo, procurando justificar sua posição. O cardeal en-

tende que o simples voto dado aos constituintes não garantiu a influência do povo na Constituinte. "E, se não houver o plebiscito, está será uma Constituição sem a participação popular", concluiu o cardeal.

### Deputado a favor

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Luís Carlos Santos, um dos cardeais do PMDB paulista, engrossou a corrente dos líderes do partido no estado que apóiam a realização de um referendo popular para os pontos polêmicos da Carta a ser elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte.

"Ninguém ficará contra o referendo", previu o deputado estadual mais votado do PMDB de São Paulo nessa eleição. Ao se posicionar pela consulta popular, Luís Carlos Santos fez uma veemente defesa do poder legislativo e um apelo aos constituintes: "O fundamental é que tenham presente a necessidade de restabelecer o equilíbrio dos poderes, existentes na atual Carta, mas na prática retirado pelos atos institucionais pós-64".

"Hoje o executivo esmaga e subalterniza os outros poderes", queixou-se o presidente do legislativo estadual, ao insistir na necessidade de a nova Constituição "restabelecer as prerrogativas e a competência do legislativo, porque hoje esse é um poder de faz-de-conta". Lembrou que ontem a assembléia paulista estava votando o orçamento para 1987 encaminhado pelo executivo. Se eventualmente o rejeitasse, essa atitude não teria nenhum efeito prático, porque o governador Franco Montoro simplesmente tem o poder de promulgar o orçamento.

Luís Carlos Santos criticou a forma como foi baixado o pacote do Cruzado II, dizendo que isso é um exemplo de que o executivo no Brasil, hoje, é um poder supremo, "autoritário, centralizador, que não dialoga; simplesmente comunica, impõe suas decisões". Para ele, a federação no Brasil, embora prevista na Constituição, "não passa de uma falácia, uma mera ficção".